



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA

Estado de São Paulo

EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO 01/2018

A Prefeitura do Município de Restinga, Estado de São Paulo, em consonância com as Legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes, torna pública a abertura das inscrições ao Concurso Público de Provas e Títulos para as funções públicas abaixo especificadas, sob o regime da Consolidação das leis de Trabalho – CLT. O Concurso Público será regido pelas instruções especiais constante no presente instrumento e demais legislações pertinentes, sendo a Prova Objetiva de caráter eliminatório e classificatório e a Prova de Títulos de caráter classificatório.

A organização do Concurso Público, recebimento das inscrições, aplicação e avaliação das provas serão de responsabilidade da empresa SELETIVA Concursos, CNPJ 19.137.597/0001-49, obedecidas as normas deste Edital.

CAPÍTULO 1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O período de validade estabelecido para este Concurso Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração pública;

1.2. Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

1.3. O Edital e todas as fases do concurso público poderão ser divulgadas em jornais regionais e necessariamente em meios oficiais, no site <http://www.restinga.sp.gov.br/> e <http://www.seletivaconcursos.com.br/> e afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Restinga/SP, sendo de total responsabilidade dos candidatos acompanharem todas as publicações do presente Edital.

1.4. As funções, as vagas, (total de vagas ofertadas (cadastro de reserva - CR), vagas de Ampla Concorrência (AC) e vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD)), a carga horária semanal, o vencimento mensal, os requisitos e a escolaridade exigidos são os estabelecidos na tabela abaixo:

Funções	Vagas			Salário R\$	Requisitos Básicos	Valor da Inscrição R\$
	Total	AC	PcD			
Professor de Educação Infantil.	16	15	01	R\$ 12,28 h/a. Jornada Completa.	Licenciatura Plena em Pedagogia.	R\$ 60,00
Professor de Artes – Ensino Fundamental.	01	01	-	R\$ 12,28 h/a. 30h/sem.	Licenciatura em Educação Artística.	R\$ 60,00
Professor de História – Ensino Fundamental.	01	01	-	R\$ 12,28 h/a. 30h/sem.	Licenciatura em História.	R\$ 60,00
Professor de Português – Ensino Fundamental.	01	01	-	R\$ 12,28 h/a. 30h/sem.	Licenciatura Graduação Plena com habilitação na área correspondente.	R\$ 60,00
Coordenador Pedagógico – Educação Infantil.	03	03	-	R\$ 2.500,00 40h/sem	Licenciatura em Pedagogia.	R\$ 60,00
Coordenador Pedagógico – Ensino Fundamental.	03	03	-	R\$ 2.500,00 40h/sem.	Licenciatura em uma das áreas do currículo ou Pedagogia.	R\$ 60,00
Diretor de Escola – Educação Infantil.	01	01	-	R\$ 3.400,00 40h/sem.	Licenciatura em Pedagogia.	R\$ 60,00

Diretor de Escola – Ensino Fundamental.	02	02	-	R\$ 3.400,00 40h/sem.	Licenciatura em Pedagogia.	R\$ 60,00
---	----	----	---	--------------------------	----------------------------	--------------

1.5. O **resumo** das atribuições de cada cargo está especificado no Anexo II – Atribuições.

1.6. Os salários estão atualizados até a data da publicação do Edital.

CAPÍTULO 2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de função sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve verificar atentamente a função escolhida.

2.2. As informações prestadas pelo candidato no formulário de inscrição serão de total responsabilidade do mesmo, cabendo à Prefeitura Municipal de **RESTINGA/SP**, o direito excluir do Concurso Público aquele que não as preencher de forma completa e/ou forneça dados incorretos, ainda que o fato seja constatado posteriormente. O candidato deverá estar ciente dos requisitos para a contratação.

2.3. É de responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação do edital de homologação das inscrições para confirmar sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido deferida ou processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar recurso, conforme determinado neste Edital.

2.4. Para se inscrever, o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra e preencher as condições para inscrição especificadas a seguir:

2.4.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses conforme disposto nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 72.436/72; Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral; Estar em dia com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino; Possuir, na data da posse, 18 (dezoito) anos completos; Ter aptidão física e mental e não ser portador de necessidades especiais incompatíveis com o exercício do Emprego, comprovada em inspeção realizada pelo Médico do Trabalho indicado pela Prefeitura Municipal de **RESTINGA/SP**; Estar ciente que deverá possuir, na data da posse, a qualificação mínima exigida para o emprego e a documentação determinada neste Edital; Não ter sido demitido por justa causa do serviço público; Não estar impedido de ocupar funções públicas por declaração de inidoneidade, com cadastro junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Não registrar antecedentes criminais, salvo se cumprida a pena; Não ter sido condenado por crime contra o patrimônio, contra a Administração, contra a fé pública, contra os costumes e os previstos na Lei 6.368 de 29/10/76; No ato da investidura o candidato não poderá estar incompatibilizado para nova investidura em emprego público; Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória; Não receber proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou função exercidos perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o artigo 37, §10 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os cargos eletivos e os cargos ou empregos em comissão.

2.5. As inscrições serão recebidas exclusivamente via internet, no site <http://www.seletivaconcursos.com.br> do dia **18 de dezembro até o dia 07 de janeiro de 2019 (data limite para pagamento do boleto)**, (horário de Brasília), devendo para tanto, o candidato seguir os seguintes procedimentos:

- A). Clicar no link Área do Candidato;
- B). Inserir o CPF;
- C). Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login e realizar a inscrição;
- D). Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados, seguindo as instruções;
- E). Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

F). Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até às 15 h: 00 min. do dia 07/01/2019.

2.6. Para concorrer o candidato deverá pagar o boleto de inscrição dentro da data limite no valor de **R\$ 60,00 (Sessenta reais)**.

2.6.1. Para pagamento do valor da inscrição, somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado até a data limite do encerramento das inscrições. **Atenção para o horário da rede de atendimento bancário;**

2.6.2. O pagamento do valor correspondente à inscrição poderá ser efetuado em toda rede de atendimento bancário;

2.6.3. Não serão aceitas inscrições por depósito em caixa eletrônico, casas lotéricas, fax ou de forma condicional.

2.6.4. Não haverá devolução da importância paga, ainda que constatada a maior ou em duplicidade, nem isenção de pagamento do valor de inscrição, seja qual for o motivo alegado.

2.6.5. A Seletiva Concursos não se responsabiliza por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica, falhas dos computadores, de comunicação ou bancárias, bem como qualquer outro fator que impossibilite a transferência de dados.

2.6.6. A inscrição será validada com o pagamento do boleto de inscrição, e o devido repasse do crédito correspondente pela Instituição bancária.

2.6.7. Após três dias úteis do final das inscrições, o candidato deverá acessar o site <http://www.seletivaconcursos.com.br> para conferir se sua inscrição está confirmada. Caso não esteja, deverá entrar em contato pelo telefone (16) 99434-5050, ou pelo e-mail adm@seletivaconcursos.com.br.

2.6.8. Uma vez, verificadas falsidades de declarações ou irregularidades, será anulada, a qualquer tempo, a inscrição ou a prova do candidato, com encaminhamento da questão às autoridades competentes.

2.6.9. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes.

2.7. Os candidatos poderão inscrever-se para mais de um cargo, desde que haja compatibilidade de datas e horários de provas, de acordo com o presente Edital, devendo, para tanto, proceder a inscrições individualizadas para cada cargo desejado. Se, eventualmente, o candidato se inscrever para cargos cujas provas coincidam horários, valerá a inscrição do cargo para qual assinou a respectiva lista de presença, sendo vedada a mudança após a assinatura.

CAPÍTULO 3 – DA RESERVA DE VAGAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS. (PcD)

3.1. Fica reservado um percentual de 5% (cinco por cento), para cada função, para pessoas portadoras de deficiência física e sensorial, no provimento de funções públicas, nos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, obedecendo ao princípio do Concurso Público de provas ou de provas e títulos.

3.1.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01 (uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 05 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo ou função.

3.2. Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

3.3. As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no referido artigo, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição.

3.4. O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser portador de deficiência, especificando-a na Ficha de Inscrição:

a) O candidato deverá até o último dia útil de inscrição, enviar via SEDEX para a SELETIVA CONCURSOS, situada na Rua Joaquina Angélica Ferreira, 125 – Centro – Igarapava/SP, envelope contendo requerimento solicitando vaga especial, comprovante de inscrição, cópia autenticada do Laudo Médico assinado por Médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina atestando o número de registro do Médico na referida entidade de classe atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como, a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova, informando também, o seu nome, o número do documento de identidade (RG).

b) Solicitações da prova especial, sala de fácil acesso, ou outras condições, deverão estar claramente descritas no pedido do candidato.

3.5. Os deficientes visuais, poderão optar no momento da inscrição pela prova ampliada, Ledor, e/ou prova em Braile. Aos deficientes visuais que optarem pela prova em Braile, receberão auxílio do Ledor apenas para transcrição das respostas no cartão de respostas. Aos deficientes visuais que optarem apenas pelo Ledor, dispensando a prova em Braile, terá auxílio personalizado e individual do Ledor que lerá todas as questões e alternativas da prova impressa e transcreverá as respostas escolhida pelo candidato deficiente visual no cartão de respostas. Os candidatos que não fizerem, as referidas requisições no momento da inscrição, seja qual for o motivo alegado, não terão a prova especial preparada. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção ou maquina especifica, podendo ainda, utilizar-se de soroban.

3.6. O candidato portador de deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderão impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada e ledor disponível, seja qual for o motivo alegado.

3.7. Após o prazo de inscrição fica proibida qualquer inclusão de candidato na lista específica de portadores de necessidades especiais.

3.8. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

3.9. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura Municipal de RESTINGA/SP, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de portadores de deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

CAPÍTULO 4 – DAS PROVAS

4.1 Prova objetiva, sendo classificatória e eliminatória, sob a forma de 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com um peso de 3,33 (três virgula trinta e três pontos) para cada questão.

4.2 A prova será apresentada sob forma de testes de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas em conformidade com o Programa de Provas constante no Anexo I deste Edital.

4.3 O Quadro abaixo apresenta a relação das funções e o respectivo número de questões relacionadas aos conhecimentos específicos, educacionais, bem como de português e matemática.

Função	Provas	Nº questões
Professor de Educação Infantil	Conhecimentos Educacionais	07
	Língua Portuguesa	07
	Matemática	06
	Conhecimentos Específicos	10
	Prova de Títulos	Conforme Capítulo dos Títulos.
Função	Provas	Nº questões

Professor de Artes – Ensino Fundamental. Professor de História – Ensino Fundamental. Professor de Português – Ensino Fundamental.	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	05
	Conhecimentos Específicos	15
	Prova de Títulos	Conforme Capítulo dos Títulos.
Função	Provas	Nº questões
Coordenador Pedagógico – Educação Infantil. Coordenador Pedagógico – Ensino Fundamental.	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	05
	Informática	05
	Conhecimentos Específicos	10
	Prova de Títulos	Conforme Capítulo dos Títulos.
Função	Provas	Nº questões
Diretor de Escola – Educação Infantil. Diretor de Escola – Ensino Fundamental.	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Conhecimentos Educacionais	05
	Informática	05
	Conhecimentos Específicos	10
	Prova de Títulos	Conforme Capítulo dos Títulos.

4.4. O tempo de duração das provas escritas será de **02h00min (duas horas)**, contadas a partir da autorização do fiscal para início das mesmas.

4.5. As provas realizar-se-ão nesta cidade de RESTINGA/SP no dia **13 de janeiro de 2019, na EMEB Lázaro Cassimiro de Lima, situada na Rua José Luís Ferracioli, 296, Centro, RESTINGA/SP, nos seguintes horários:**

Abertura dos portões: 08:00 horas
Fechamento dos portões: 08:45 horas
Início das Provas – 09:00 horas
Professor de Educação Infantil.
Professor de Artes – Ensino Fundamental.
Professor de História – Ensino Fundamental.
Professor de Português – Ensino Fundamental.

Abertura dos portões: 12:00 horas
Fechamento dos portões: 12:45 horas
Início das Provas – 13:00 horas
Coordenador Pedagógico – Educação Infantil.
Coordenador Pedagógico – Ensino Fundamental.
Diretor de Escola – Educação Infantil.
Diretor de Escola – Ensino Fundamental.

4.6. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com trinta (60) minutos de antecedência, munidos dos documentos originais (Cédula Oficial de Identidade ou Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de Certificado de Reservista, ou Carteira Nacional de Habilitação modelo com foto), caneta de tinta azul ou preta, lápis preto e borracha; Somente será admitido na sala de provas, o candidato que estiver munido de **Cédula Oficial de Identidade** ou de Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos Profissionais que tenham força de documento de identificação com foto ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de Certificado de Reservista. Como o documento não ficará retido será exigido a apresentação do ORIGINAL, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas.

A). Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de modo a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

B). Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins; Boletim de Ocorrência, Protocolos, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (emitida anteriormente à Lei nº 9.503/97 ou fora de sua validade), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

4.7. Os candidatos que estiverem portando telefone móvel e relógios deverão desligar o aparelho móvel e juntamente com o relógio devem ser guardados e lacrados no envelope lacre que será fornecido pelo fiscal antes de iniciar a prova.

4.8. Autorizar-se-á ao candidato ausentar-se da sala de prova durante a sua realização somente em condições especiais e acompanhados por um fiscal;

4.9. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude do afastamento, por qualquer motivo, do candidato da sala de prova;

4.10. O candidato deverá assinalar suas respostas no Cartão de Respostas (Gabarito), com caneta de tinta preta ou azul, assinando-o. O preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) é de total responsabilidade do candidato;

4.11. Não serão computadas questões não assinaladas ou assinaladas a lápis ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível, sendo atribuída nota 0 (zero) à questão. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão de Respostas (Gabarito) por erro do candidato;

4.12. O candidato que queira fazer alguma reclamação ou sugestão deverá fazer junto ao fiscal de sala, que anotará na folha de ocorrência para posterior análise.

4.13. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato. **O candidato assumirá total responsabilidade pelo preenchimento do cartão resposta. Em nenhuma hipótese o caderno de questões será considerado para correção e respectiva pontuação;**

4.14. O candidato deverá permanecer em prova pelo tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos;

4.15. Em hipótese alguma haverá segunda chamada nas diferentes fases do Concurso Público, seja qual for o motivo alegado; O não comparecimento à prova excluirá o candidato automaticamente do Concurso Público.

4.16. No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o representante da Seletiva Concursos procederá à inclusão do referido candidato, antes do início das provas, fornecendo Folha de Respostas e Caderno de Provas, mediante a apresentação do comprovante de sua inscrição e na presença de três (03) candidatos que servirão com testemunhas.

4.17. A inclusão de que trata o item **4.16** será realizada de forma condicional, e será confirmada pela Comissão Examinadora, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.

4.18. Considerada a impertinência da inscrição de que trata o item **4.16** a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

4.19. Não serão admitidas, em nenhuma hipótese, a entrada de retardatários no local da prova.

4.20. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização das provas, deverá levar um acompanhante, sendo esta indicação de sua inteira responsabilidade. O acompanhante deverá possuir maioria legal e permanecer em sala reservada para essa finalidade, sendo responsável pela guarda da criança e observar os seguintes aspectos;

4.20.1. Durante o período em que a candidata estiver amamentando, ela deverá permanecer no local designado pela Coordenação para este fim e, ainda, na presença de um fiscal, respeitando todas as demais normas estabelecidas neste Edital;

4.20.2. O acompanhante, que ficará responsável pela criança, também deverá permanecer no local designado pela Coordenação, e se submeterá a todas as normas constantes deste Edital, inclusive no tocante ao uso de equipamento eletrônico e celular, bem como deverá apresentar um dos documentos previstos no item 4.6 para acessar e permanecer no local designado;

4.20.3. A candidata, nesta condição, que não levar acompanhante, não realizará as provas;

4.20.4. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

4.21. Serão automaticamente excluídos do Concurso Público os candidatos que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido ou em local diferente do designado;

b) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

c) não apresentar o documento de identidade exigido;

d) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrido o tempo mínimo estabelecido para permanência na sala;

- e) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos;
- f) estiver portando ou fizer uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação como telefone celular, pager, máquina calculadora ou qualquer outro meio;
- g) lançar mão de meios ilícitos para execução da prova;
- h) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- k) agir com incorreção ou descortesia, independentemente do momento, para com qualquer membro da equipe encarregada de aplicação de provas;
- l) estiver fazendo uso de boné ou chapéu na sala de aula durante a realização das provas.

4.22. Ao terminar a prova, o candidato poderá levar consigo o caderno de provas e entregar para o fiscal o gabarito devidamente preenchido e assinado.

4.23. Ao final das provas, os três últimos candidatos, **obrigatoriamente**, deverão permanecer na sala de prova, com o objetivo de assinar o lacre das folhas de respostas juntamente com o Fiscal e Coordenador, sendo liberados ao final.

4.24. Após o término das provas, os candidatos não poderão utilizar os banheiros e nem permanecer nas dependências do prédio.

CAPÍTULO 5 - DO JULGAMENTO E NOTA DAS PROVAS

5.1. As provas objetivas de caráter classificatório e eliminatório serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 99,9 (noventa e nove virgula nove) pontos.

5.2. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) de pontos na prova objetiva. O candidato que obtiver aproveitamento inferior a 50% (cinquenta por cento) na prova objetiva será inabilitado.

5.3. A nota da prova objetiva será obtida pela fórmula: $NP = (Na \times 100) / Tq$. Sendo: NP = Nota da prova; Na = Número de acertos; Tq = Total de questões da prova.

5.4. A pontuação relativa à questão eventualmente anulada será atribuída a todos os candidatos presentes à respectiva prova.

5.5. No caso de igualdade na Classificação Final, o desempate obedecerá, sucessivamente, aos seguintes critérios:

5.5.1. Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº. 10.741/2003, sendo que será dada a preferência ao de idade mais elevada;

5.5.2. O candidato que contar com maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento;

5.5.3. Maior número de acertos em conhecimentos específicos;

5.5.4. Maior número de acertos em língua portuguesa;

5.5.5. Maior número de acertos em matemática;

5.5.6. Persistindo o empate, haverá sorteio realizado pela Comissão Examinadora do Concurso Público em local, data e horário a ser divulgado, na presença dos candidatos interessados.

5.6. O ingresso no serviço público municipal obedecerá à ordem de classificação.

CAPÍTULO 6 - DA PROVA DE TÍTULOS

6.1. A segunda etapa será constituída de Prova de Títulos, de caráter classificatória, de formação acadêmica e concorrerão os candidatos aos cargos de Nível Superior definidos neste Edital, desde que aprovados nas etapas anteriores.

6.2. A entrega dos documentos relativos à Prova de Títulos, de caráter classificatória, é facultativa e deverá ser feita no dia da prova. Ao terminar a prova, o candidato deverá se locomover até a "SALA DE RECEBIMENTO DE TÍTULOS" para proceder à entrega. O candidato que não entregar títulos não será eliminado do Concurso Público.

6.3. Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC ou Órgão Estadual competente, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da Instituição e do responsável pela expedição do documento.

6.4. Serão pontuados, conforme critérios de pontuação definidos no **item 6.12.** deste capítulo, apenas:

1 (um) título de especialização *lato sensu*.

1 (um) título *stricto sensu* Mestrado.

1 (um) título *stricto sensu* Doutorado.

6.5. A comprovação de títulos observará os seguintes critérios:

6.5.1. Especialização em nível *lato sensu*, mediante a apresentação de fotocópia e o respectivo original, do certificado de conclusão, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente, com indicação da carga horária, acompanhado da fotocópia e original do Histórico Escolar com os conteúdos ministrados.

6.5.2. Especialização em nível *stricto sensu* (mestrado e doutorado), mediante a apresentação de fotocópias e original, dos respectivos diplomas, expedidos por instituição superior reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente ou de fotocópias e original das Atas das Bancas Examinadoras, devidamente assinadas, comprovando a aprovação das dissertações ou teses. E ainda deverá apresentar a fotocópia e original do Histórico Escolar.

6.6. Os diplomas e/ou certificados expedidos por universidades estrangeiras somente serão considerados quando reconhecidos/validados por instituição brasileira legalmente competente para tanto.

6.7. O candidato deverá apresentar a documentação em envelope aberto, tamanho ofício, identificado, contendo externamente, em sua face frontal, os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 002/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA/SP.
REFERÊNCIA: PROVA DE TÍTULOS
NOME COMPLETO DO CANDIDATO:
NÚMERO DE INSCRIÇÃO:
CARGO PRETENDIDO:

6.8. Os títulos originais deverão ser apresentados **juntamente com suas fotocópias**, que serão conferidos e autenticados por um dos membros da Comissão Organizadora ou Fiscal da Seletiva Concursos.

6.9. Após as devidas autenticações, os originais serão devolvidos e as cópias serão lacradas no envelope.

6.10. A documentação deverá ser apresentada individualmente, não podendo, dentro de um mesmo envelope, conter títulos de mais de um candidato. Todos os títulos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição de documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste Edital para entrega ou interposição de recursos.

6.11. Não serão aceitos títulos entregues fora do prazo, por fax, por internet ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

6.12. A Prova de Títulos se limitará ao valor máximo de 5 (cinco) pontos.

TÍTULO	COMPROVAÇÃO	VALOR MÁXIMO DO TÍTULO
Especialização <i>Lato Sensu</i>	Certificado de Curso de pós-graduação em nível de especialização, devidamente registrado, com carga mínima de 360h, em área do conhecimento correlata com o emprego pleiteado. Também será aceita a declaração de conclusão de especialização, desde que acompanhada do histórico escolar do curso.	1,0
Mestrado	Certificado de Curso de pós-graduação em nível de Mestrado, devidamente registrado, em área do conhecimento correlata com o emprego pleiteado. Também será aceita a declaração ou certificado de conclusão de mestrado desde que acompanhada da ata de defesa de dissertação/ histórico escolar.	1,5
Doutorado	Certificado de Curso de pós-graduação em nível de Doutorado devidamente registrado, em área do conhecimento correlata com o emprego pleiteado. Também será aceita a declaração ou certificado de	2,5

	conclusão de mestrado desde que acompanhada da ata de defesa de dissertação/ histórico escolar.	
TOTAL		5,0

6.13. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados. As cópias dos documentos entregues não serão devolvidas e nem serão disponibilizadas cópias da documentação entregue, fazendo parte integrante da documentação do Concurso Público.

6.15. Será de inteira responsabilidade do candidato a entrega da documentação referente a títulos nos termos deste Edital e seus anexos, sob pena de não ser considerado pela banca examinadora. Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem as exigências deste Edital e seus anexos.

CAPÍTULO 7 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

7.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação por função, observado o código de inscrição da função.

7.2. Serão elaboradas duas listas de classificação: uma geral, com a relação de todos os candidatos, inclusive os Portadores de Necessidades Especiais (PNE-PcD) e outra, apenas dos candidatos PNE-PcD.

7.3. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo para esse fim, a homologação;

CAPÍTULO 8 - DOS RECURSOS

8.1. Do gabarito oficial da prova, dentro de dois (02) dias úteis, a contar da data da publicação;

8.2. Dentro de dois (02) dias úteis, a contar da data da publicação do edital de abertura, de homologação das inscrições, de classificação, ou seja, do Resultado Final.

8.3. Os recursos deverão ser devidamente fundamentados e embasados em argumentação lógica e precisa, com referência na literatura, na bibliografia e na legislação vigente.

8.4. O recurso interposto fora do prazo previsto no item 8.1 e 8.2 deste Capítulo não será conhecido.

8.5. No caso de deferimento de recurso interposto poderá ser alterada, eventualmente, a nota/classificação obtida pelo candidato e, conseqüentemente, alterações nas listas de classificação final;

8.6. Será indeferido o recurso interposto fora do prazo, e sem fundamentações conforme o item 8.3.

8.7. A interposição dos recursos não interfere o andamento regular do cronograma do Concurso Público;

8.8. A Comissão Organizadora constitui a última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

8.9. Para recorrer o candidato deverá acessar o site www.seletivaconcursos.com.br / área do candidato e clicar na opção recurso e preencher os dados solicitados.

8.10. Não serão aceitos recursos encaminhados por e-mail, via postal, via fax ou por meio de protocolo pessoal no órgão realizador.

8.11. No caso de anulação, ou troca de alternativas de questões julgadas irregulares, após o deferimento de recursos interpostos, caberá a Seletiva Concursos decidir e publicar as alterações.

CAPÍTULO 9 - DA CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO

9.1. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá à ordem decrescente de classificação final por função, far-se-á pela **Prefeitura Municipal de RESTINGA/SP**, obedecido o limite de vagas existentes, das que vagarem ou forem criadas, bem como disponibilidade orçamentária, dentro do prazo de validade deste Concurso Público.

9.2. A convocação será feita através de publicação em meios oficiais e pelo site da Prefeitura Municipal de RESTINGA/SP, utilizando-se de informações fornecidas pelo (a) candidato (a) no ato de sua inscrição. O candidato deverá manter junto a Prefeitura, durante o prazo de validade do Concurso Público, seus dados atualizados, visando eventuais convocações, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações nos canais disponibilizados.

9.3. O candidato aprovado no CONCURSO PÚBLICO deverá se atentar para as publicações e convocações para as sessões de atribuição de classes e/ou aulas, processo inicial ou durante o ano letivo para a contratação por prazo determinado publicadas regularmente dos meios oficiais e no site da Prefeitura Municipal de RESTINGA/SP.

9.4. Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias, ou de acordo com agendamento do Setor de Pessoal da Prefeitura, os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação de sua saúde física e mental para o exercício das atribuições da função, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida pelo órgão médico designado pelo Município.

9.5. No caso de deficiente físico no prazo de 03 (três) dias após a convocação, ou de acordo com o agendamento do Setor de Pessoal da Prefeitura, os candidatos aprovados deverão submeter-se a exame médico oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida pelo órgão médico designado pelo Município.

9.6. A perícia será realizada no órgão médico a ser indicado pelo Município, preferencialmente, por especialista na área de deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 03 (três) dias contados do respectivo exame.

9.7. O candidato, cuja deficiência não ficar configurada, ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhado, será desclassificado, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida pelo órgão médico designado pelo Município.

9.8. O candidato, ou seu procurador terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da convocação, o que precederá a admissão para manifestar seu interesse em assumir a função para o qual será designado. A omissão ou negação do candidato ou seu procurador, será entendido como desistência da contratação. Em caso de desistência o mesmo deverá assinar o termo de desistência, sendo excluído do referido CONCURSO PÚBLICO.

9.9. Da mesma forma, a aprovação não gera ao candidato o direito de escolha de seu local de trabalho;

9.10. Será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato classificado que, ao ser convocado, não apresentar os documentos exigidos no ato da admissão, sendo declarada nula a sua inscrição e todos os atos dela decorrentes;

CAPÍTULO 10 - DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

10.1. As condições para contratação seguem os que regulamenta o item 2.4.1 do presente Edital.

10.2. O candidato não poderá ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para a mesma função, e nem estar com idade de aposentadoria compulsória; não poderá estar com vínculo na Administração Direta ou Fundacional, que impossibilite acumulação de funções, salvo nos casos do dispositivo do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

CAPÍTULO 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Caberá ao Poder Executivo Municipal de RESTINGA/SP, a homologação do CONCURSO PÚBLICO.

11.2. O prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO será de 02 (dois) anos, a partir da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração pública.

11.3. O candidato aprovado e convocado, pelo regime celetista, deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Administração, podendo ser diurno e/ou noturno, em dias de semanas, sábados, domingos e feriados, obedecida a carga horária semanal de trabalho.

11.4. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

11.5. As disposições deste Edital poderão ser alteradas ou complementadas, enquanto não efetivado o fato respectivo, através da publicação do Edital correspondente.

11.6. O Candidato aprovado que vier a ser admitido fica ciente de que consta no Edital somente um Resumo da função a que está concorrendo e, portanto, estará sujeito a desempenhar todas as atividades que sejam inerentes a sua função;

11.7. Para efeito deste CONCURSO PÚBLICO considerar-se-á a legislação vigente até a data do término das inscrições, portanto, alterações posteriores não serão consideradas;

11.8. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de RESTINGA/SP, em conjunto com a empresa Seletiva Concursos e Treinamentos.

11.9. Para que chegue ao conhecimento de todos e, no futuro, não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que vai afixado no lugar de costume e publicado no endereço eletrônico <http://www.restinga.sp.gov.br/> e <http://www.seletivaconcursos.com.br>.

11.10 O Edital poderá ser impugnado, mediante justificativa legal e dentro do prazo estipulado no item 8.2, que decorrido implicará em aceitação integral dos seus termos.

CAPÍTULO 12 - CRONOGRAMA PREVISTO

DATA/PERÍODO	ATIVIDADE
14/12/18	Publicação do edital.
17/12/18 a 18/12/18	Prazo para impugnação do edital.
19/12/18	Prazo para resposta a impugnação do edital.
18/12/18 a 07/01/19	Período de recebimento das inscrições.
08/01/19	Homologação das inscrições e convocação para a realização das provas.
09/01/2019 a 10/01/2019	Prazo para recurso contra a homologação das inscrições.
11/01/2019	Prazo para resposta ao recurso contra a homologação das inscrições.
13/01/2019	Data provável da realização das provas objetivas.
14/01/2019	Publicação dos gabaritos das provas objetivas.
15/01/2019 a 16/01/2019	Recurso contra gabarito.
17/01/2019 a 18/01/2019	Resposta aos recursos contra gabarito.
19/01/2019	Publicação dos resultados finais da pontuação da prova objetiva e somatório da pontuação dos títulos.
21/01/2019 a 22/01/2019	Prazo para recurso contra o resultado final.
23/01/2019	Prazo para resposta ao recurso contra o resultado final.
24/01/2019	Homologação dos Resultados Finais

12.1 O cronograma acima pré-estabelecido poderá sofrer alterações e/ou modificações pela Comissão Examinadora do Concurso Público.

Prefeitura do Município de RESTINGA/SP, em 14 de dezembro de 2018.

Vanessa Cristina Delpilaro
Presidente da Comissão do Concurso Público

Amarildo Tomaz do Nascimento
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA

Estado de São Paulo

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS

Análise, compreensão e interpretação de diversos tipos de textos verbais, não verbais, literários e não literários. Informações literais e inferências possíveis. Figuras de Linguagem. Ponto de vista do autor. Estruturação do texto: relações entre ideias; recursos de coesão. Significação contextual de palavras e expressões. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Classes de palavras: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase. Pontuação.

ESPECÍFICO PARA PROFESSOR DE PORTUGUÊS – ENSINO FUNDAMENTAL:

FONÉTICA: Letra e Fonema; Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Sílabas; Acentuação Gráfica; II: MORFOLOGIA: Estrutura e processos da formação de palavras; Classes de palavras: ; Substantivos: classificação, flexão e grau; Adjetivo: classificação, flexão e grau; Pronomes: classificação, flexão e grau; Verbos: classificação, conjugação, vozes; III: ANÁLISE SINTÁTICA: Frase, oração e período; Termos da oração; Tipos de período; Orações coordenadas, subordinadas e reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; IV: PRÁTICA DE LEITURA, PRODUÇÃO DE TEXTOS E CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS; V: LITERATURA: História literária; Teoria da literatura; A literatura infantil e juvenil na escola; VI: O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental.

MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS

Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juros simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Resolução de situações-problema.

LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS

Constituição da república Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214 e Emenda 93/2016.

Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do Adolescente e as suas atualizações relativas a Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as suas atualizações disposta nas legislações: Lei nº 12.061, de 27 de Outubro de 2009 que dispõe sobre alterações a respeito do ensino médio público; Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018 para dispor sobre a educação e aprendizado durante a vida; Lei nº 13.663 que dispõe sobre o combate a violências e a promoção da cultura da paz nos estabelecimentos de ensino; Lei nº 13.666 que inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação – PNE.

ESPECÍFICO PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Lei Municipal nº 1.679 de 24 de maio de 2010: “Dispõe sobre a Reestruturação Do Quadro do Magistério Público Municipal de Restinga e seus objetivos para os integrantes da Educação Básica e Dá Outras

Providências”; Fundamentos Históricos de Gestão Escolar; Gestão Escolar Democrática; As funções do Conselho de Escola e Conselho de Classe; História do curso de Pedagogia e das Ideias Pedagógicas no Brasil; A função social da escola, Projeto Político-Pedagógico; A Organização do Trabalho na Escolar, Educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Relações socioeconômicas e políticos-culturais da Educação. Avaliação da aprendizagem e indicadores de desempenho; Educação Popular; História da educação no Brasil; Tecnologias em Educação; Planejamento em Supervisão e Orientação; Políticas Públicas da Educação; Dificuldades de Aprendizagem; Letramento; PCN’s; Formação docente; O processo de ensino e aprendizagem na escola; Objetivos, conteúdos, métodos e modalidades de ensino; Aspectos linguísticos, sociolinguísticos e psicolinguísticos da alfabetização; Alfabetização e letramento; Funções da linguagem e da escrita; Relação leitor/texto e a construção do sentido da leitura; Tipos de educação; Construtivismo; PCN’s; Recursos de ensino e avaliação; Filosofia da educação; Psicologia do desenvolvimento; Aspectos do cotidiano do supervisor e do orientador escolares; A escola, o discente e o docente; Tendências pedagógicas; A ludicidade e as representações da brincadeira e dos jogos na educação infantil,

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam? Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://flasco.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < 568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular, 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. MEC/SEF, 2000. (Volumes de 1 a X 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental).
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas nacionais de avaliação e de informações educacionais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9809.pdf>> Acesso em: 07 out. 2016.
- CECCON, Cláudia et al. Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como. São Paulo: CECIP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/conflitos_na_escola.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Org.) et al. Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas. Curitiba: Editora CRV, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livrounir-2009&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 7 out. 2016.
- DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola? módulo IX. Brasília: CONSED, 2009. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/Modulo02_CE.pdf> Acesso em: 07 out. 2016.
- FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de Ler. 42 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Educação como prática da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KLEIMAN, Ângela B. Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever? Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005.
- LERNER, Delia; PIZANI, Alicia P. A aprendizagem da língua escrita na escola: reflexões sobre a prática pedagógica construtivista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- _____. Ler e Escrever na escola – o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2004.
- HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por projetos de trabalho. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.
- LA TAILLE, Yves de. Piaget. Vygotsky. Wallon: teorias Psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. Ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACEDO, Lino. Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT’ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma Escola para o povo. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- PIAGET, Jean; Inhelder, B. A Psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?. São Paulo: Cortez, 2001.

ESPECÍFICO PARA PROFESSOR DE ARTES – ENSINO FUNDAMENTAL:

HISTÓRIA GERAL DA ARTE: - Significados da Arte; - A Arte na pré-história; - Renascimento, Barroco e Classicismo; - Arte Moderna – Sec. XX. - Arte Pós – Moderna e Contemporânea. HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL: - Arte Colonial. – Arte Brasileira no Século XIX. - Arte Moderna no Século XX. - Arte Contemporânea no Brasil. EXPRESSÃO PLÁSTICA: - Elementos Visuais e Ordenações Perspectivas nos

Espaços Bi e Tridimensionais. METODOLOGIA, TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA: - Fundamentos da Arte – Educação. - A Arte e o Desenvolvimento da Criatividade. - A Expressão Individual. - Apreciação Estética. - Materiais e Técnicas de Expressão Plástica. - A Avaliação nas Aulas de Educação Artística. O ENSINO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: - O conhecimento Arte no currículo escolar: razão e finalidades. - A metodologia do ensino de Arte. - O desenvolvimento expressivo nas diferentes áreas artísticas e suas relações com o desenvolvimento biológico, afetivo, cognitivo e sócio – cultural do ser humano. - As diferentes linguagens artísticas e a educação.

ESPECÍFICO PARA PROFESSOR DE HISTÓRIA – ENSINO FUNDAMENTAL:

O MUNDO MODERNO: - A Conquista da América: Formas, evolução e herança. A Formação dos Estados Modernos. Mercantilismo e o Sistema Colonial. O Renascimento Cultural Europeu. A Reforma Protestante e Reação Católica. Revolução Inglesa. Iluminismo e Despotismo Esclarecido. Revolução Industrial. Independência dos Estados Unidos. O MUNDO CONTEMPORÂNEO: - Reflexo das Transformações da Idade Média. A Revolução Francesa. O Cenário Mundial em 1.914. A Primeira Guerra Mundial. A Década do Pós-Guerra. A Década anterior a Guerra. A Segunda Guerra Mundial. O Mundo contemporâneo. BRASIL COLÔNIA: - A Superação dos Limites Europeus pelo Comércio. Desenvolvimento Comercial e Marítimo Português. A Descoberta do Brasil. Os Homens que Cabral Encontrou. O Período Pré-Colonial. Os Fundamentos da Colonização. BRASIL MONÁRQUICO: - O Reino do Brasil e a Independência. O Império Brasileiro. A Queda do Império. BRASIL REPÚBLICA: - A Instalação e consolidação da República no Brasil. A república Oligárquica: Panorama Econômico. As rebeliões da República Velha. A Era Vargas. Período Democrático. Ditadura Militar. O Brasil Contemporâneo. O ENSINO DA HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL. TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1998. BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.
- ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. (org.). O saber histórico na sala de aula. 2. ed. São Paulo. Contexto: 1998.
- _____. Ensino de história: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998. BITTENCOURT, Circe. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). Os currículos do ensino fundamental.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. BRAUDEL, Fernand [1969]. A Longa Duração. In: _____. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRASIL. SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Vol. História. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Carvalho, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. Coleção Temas Brasileiros, vol 4.
- _____. Teatro de Sombras: a política imperial. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, 1988.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed^a. 2. reimp. São Paulo: USP, 2007.
- FERRO, Marc. História das colonizações – Das conquistas às independências – século XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50^a edição. Global Editora. 2005.
- FREITAS, Marcos Cezar de Freitas (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções – 1789 – 1748. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos – O breve século XX – 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOTA, Carlos Guilherme. A experiência brasileira. A grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme. A experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.
- NOVAIS, F. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. Aproximações. Estudos de história e de historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005a.
- _____. & MELLO, João Manuel Cardoso de. (1998), "Capitalismo tardio e sociabilidade moderna". In: NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil* Vol. 4: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 559-658.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. As muitas faces da história – Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. América Latina no século XIX – Tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.
- Costa, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987
- _____. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESPECÍFICO PARA COORDENADOR PEDAGÓGICO – EDUCAÇÃO INFANTIL:

Lei Municipal nº 1.679 de 24 de maio de 2010: “Dispõe sobre a Reestruturação Do Quadro do Magistério Público Municipal de Restinga e seus objetivos para os integrantes da Educação Básica e Dá Outras Providências”; Fundamentos Históricos de Gestão Escolar; Gestão Escolar Democrática; As funções do Conselho de Escola e Conselho de Classe; História do curso de Pedagogia e das Ideias Pedagógicas no Brasil; A função social da escola, Projeto Político-Pedagógico; A Organização do Trabalho na Escolar, Educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Relações socioeconômicas e políticos-culturais da Educação. Avaliação da aprendizagem e indicadores de desempenho; Educação Popular; História da educação no Brasil; Tecnologias em Educação; Planejamento em Supervisão e Orientação; Políticas Públicas da Educação; Dificuldades de Aprendizagem; Letramento; PCN’s; Formação docente; O processo de ensino e aprendizagem na escola; Objetivos, conteúdos, métodos e modalidades de ensino; Aspectos linguísticos, sociolinguísticos e psicolinguísticos da alfabetização; Alfabetização e letramento; Funções da linguagem e da escrita; Relação leitor/texto e a construção do sentido da leitura; Tipos de educação; Construtivismo; PCN’s; Recursos de ensino e avaliação; Filosofia da educação; Psicologia do desenvolvimento; Aspectos do cotidiano do supervisor e do orientador escolares; A escola, o discente e o docente; Tendências pedagógicas; A ludicidade e as representações da brincadeira e dos jogos na educação infantil.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam? Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://flasco.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < 568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular, 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. MEC/SEF, 2000. (Volumes de I a X 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental).
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas nacionais de avaliação e de informações educacionais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9809.pdf> > Acesso em: 07 out. 2016.
- CECCON, Cláudia et al. Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como. São Paulo: CECIP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/conflitos_na_escola.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Org.) et al. Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas. Curitiba: Editora CRV, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livrounir-2009&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 7 out. 2016.
- DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola? módulo IX. Brasília: CONSED, 2009. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/Modulo02_CE.pdf> Acesso em: 07 out. 2016.
- FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de Ler. 42 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Educação como prática da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KLEIMAN, Ângela B. Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever? Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005.
- LERNER, Delia; PIZANI, Alicia P. A aprendizagem da língua escrita na escola: reflexões sobre a prática pedagógica construtivista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- _____. Ler e Escrever na escola – o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2004.
- HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por projetos de trabalho. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.
- LA TAILLE, Yves de. Piaget. Vygotsky. Wallon: teorias Psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. Ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACEDO, Lino. Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos?. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT’ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma Escola para o povo. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- PIAGET, Jean; Inhelder, B. A Psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?. São Paulo: Cortez, 2001.

ESPECÍFICO PARA COORDENADOR PEDAGÓGICO – ENSINO FUNDAMENTAL:

Lei Municipal nº 1.679 de 24 de maio de 2010: “Dispõe sobre a Reestruturação Do Quadro do Magistério Público Municipal de Restinga e seus objetivos para os integrantes da Educação Básica e Dá Outras

Providências”; Fundamentos Históricos de Gestão Escolar; Gestão Escolar Democrática; As funções do Conselho de Escola e Conselho de Classe; História do curso de Pedagogia e das Ideias Pedagógicas no Brasil; A função social da escola, Projeto Político-Pedagógico; A Organização do Trabalho na Escolar, Educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Relações socioeconômicas e políticos-culturais da Educação. Avaliação da aprendizagem e indicadores de desempenho; Educação Popular; História da educação no Brasil; Tecnologias em Educação; Planejamento em Supervisão e Orientação; Políticas Públicas da Educação; Dificuldades de Aprendizagem; Letramento; PCN’s; Formação docente; O processo de ensino e aprendizagem na escola; Objetivos, conteúdos, métodos e modalidades de ensino; Aspectos linguísticos, sociolinguísticos e psicolinguísticos da alfabetização; Alfabetização e letramento; Funções da linguagem e da escrita; Relação leitor/texto e a construção do sentido da leitura; Tipos de educação; Construtivismo; PCN’s; Recursos de ensino e avaliação; Filosofia da educação; Psicologia do desenvolvimento; Aspectos do cotidiano do supervisor e do orientador escolares; A escola, o discente e o docente; A ludicidade e as representações da brincadeira e dos jogos na educação infantil.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam? Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < [568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular, 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. MEC/SEF, 2000. (Volumes de 1 a X 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental).
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas nacionais de avaliação e de informações educacionais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9809.pdf> > Acesso em: 07 out. 2016.
- CECCON, Cláudia et al. Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como. São Paulo: CECIP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/conflitos_na_escola.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Org.) et al. Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas. Curitiba: Editora CRV, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livrounir-2009&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 7 out. 2016.
- DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola? módulo IX. Brasília: CONSED, 2009. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/Modulo02_CE.pdf> Acesso em: 07 out. 2016.
- FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de Ler. 42 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Educação como prática da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KLEIMAN, Ângela B. Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever? Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005.
- LERNER, Delia; PIZANI, Alicia P. A aprendizagem da língua escrita na escola: reflexões sobre a prática pedagógica construtivista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- _____. Ler e Escrever na escola – o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2004.
- HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por projetos de trabalho. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.
- LA TAILLE, Yves de. Piaget. Vygotsky. Wallon: teorias Psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. Ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACEDO, Lino. Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT’ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma Escola para o povo. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- PIAGET, Jean; Inhelder, B. A Psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?. São Paulo: Cortez, 2001.

ESPECÍFICO PARA DIRETOR DE ESCOLA – EDUCAÇÃO INFANTIL:

Lei Municipal nº 1.679 de 24 de maio de 2010: “Dispõe sobre a Reestruturação Do Quadro do Magistério Público Municipal de Restinga e seus objetivos para os integrantes da Educação Básica e Dá Outras Providências”; Fundamentos Históricos de Gestão Escolar; Gestão Escolar Democrática; As funções do Conselho de Escola e Conselho de Classe; História do curso de Pedagogia e das Ideias Pedagógicas no Brasil; A função social da escola, Projeto Político-Pedagógico; A Organização do Trabalho na Escolar,

Educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Relações socioeconômicas e político-culturais da Educação. Avaliação da aprendizagem e indicadores de desempenho; Educação Popular; História da educação no Brasil; Tecnologias em Educação; Planejamento em Supervisão e Orientação; Políticas Públicas da Educação; Dificuldades de Aprendizagem; Letramento; PCN's; Formação docente; O processo de ensino e aprendizagem na escola; Objetivos, conteúdos, métodos e modalidades de ensino; Aspectos linguísticos, sociolinguísticos e psicolinguísticos da alfabetização; Alfabetização e letramento; Funções da linguagem e da escrita; Relação leitor/texto e a construção do sentido da leitura; Tipos de educação; Construtivismo; PCN's; Recursos de ensino e avaliação; Filosofia da educação; Psicologia do desenvolvimento; Aspectos do cotidiano do supervisor e do orientador escolares; A escola, o discente e o docente; Tendências pedagógicas; Políticas Públicas e concepções pedagógicas: a) Educação Especial, b) Educação de Jovens e Adultos, c) Educação Infantil, d) Ensino Fundamental, e) Educação étnico racial e Quilombola, f) Educação Indígena, g) Educação Ambiental; A ludicidade e as representações da brincadeira e dos jogos na educação infantil,

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?* Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*, 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília. MEC/SEF, 2000. (Volumes de 1 a X 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental).
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Ensino fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *Sistemas nacionais de avaliação e de informações educacionais*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9809.pdf>> Acesso em: 07 out. 2016.
- CECCON, Cláudia et al. *Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como*. São Paulo: CECIP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/conflitos_na_escola.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Org.) et al. *Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas*. Curitiba: Editora CRV, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livrounir-2009&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 7 out. 2016.
- DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir - relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo Progestão: *como desenvolver a avaliação institucional da escola? módulo IX*. Brasília: CONSED, 2009. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/Modulo02_CE.pdf> Acesso em: 07 out. 2016.
- FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de Ler*. 42 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Educação como prática da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KLEIMAN, Ângela B. *Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?* Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005.
- LERNER, Delia; PIZANI, Alicia P. *A aprendizagem da língua escrita na escola: reflexões sobre a prática pedagógica construtivista*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- _____. *Ler e Escrever na escola - o real, o possível e o necessário*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Ática, 2004.
- HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. *A Organização do Currículo por projetos de trabalho*. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.
- LA TAILLE, Yves de. *Piaget. Vygotsky. Wallon: teorias Psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus Editorial, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. Ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACEDO, Lino. *Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que planejar? Como planejar?* São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. *Uma Escola para o povo*. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAÍN, Sara. *Diagnóstico e tratamento dos Problemas de Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- PIAGET, Jean; Inhelder, B. *A Psicologia da Criança*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?*. São Paulo: Cortez, 2001.

ESPECÍFICO PARA DIRETOR DE ESCOLA – ENSINO FUNDAMENTAL:

Lei Municipal nº 1.679 de 24 de maio de 2010: “Dispõe sobre a Reestruturação Do Quadro do Magistério Público Municipal de Restinga e seus objetivos para os integrantes da Educação Básica e Dá Outras Providências”; Fundamentos Históricos de Gestão Escolar; Gestão Escolar Democrática; As funções do Conselho de Escola e Conselho de Classe; História do curso de Pedagogia e das Ideias Pedagógicas no Brasil; A função social da escola, Projeto Político-Pedagógico; A Organização do Trabalho na Escolar,

Educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Relações socioeconômicas e político-culturais da Educação. Avaliação da aprendizagem e indicadores de desempenho; Educação Popular; História da educação no Brasil; Tecnologias em Educação; Planejamento em Supervisão e Orientação; Políticas Públicas da Educação; Dificuldades de Aprendizagem; Letramento; PCN's; Formação docente; O processo de ensino e aprendizagem na escola; Objetivos, conteúdos, métodos e modalidades de ensino; Aspectos linguísticos, sociolinguísticos e psicolinguísticos da alfabetização; Alfabetização e letramento; Funções da linguagem e da escrita; Relação leitor/texto e a construção do sentido da leitura; Tipos de educação; Construtivismo; PCN's; Recursos de ensino e avaliação; Filosofia da educação; Psicologia do desenvolvimento; Aspectos do cotidiano do supervisor e do orientador escolares; A escola, o discente e o docente; Tendências pedagógicas; Políticas Públicas e concepções pedagógicas: a) Educação Especial, b) Educação de Jovens e Adultos, c) Educação Infantil, d) Ensino Fundamental, e) Educação étnico racial e Quilombola, f) Educação Indígena, g) Educação Ambiental; A ludicidade e as representações da brincadeira e dos jogos na educação infantil,

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam? Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular, 2017.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. MEC/SEF, 2000. (Volumes de 1 a X 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental).
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas nacionais de avaliação e de informações educacionais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9809.pdf> > Acesso em: 07 out. 2016.
- CECCON, Cláudia et al. Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como. São Paulo: CECIP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/conflitos_na_escola.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Org.) et al. Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas. Curitiba: Editora CRV, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livrounir-2009&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 7 out. 2016.
- DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola? módulo IX. Brasília: CONSED, 2009. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/Modulo02_CE.pdf> Acesso em: 07 out. 2016.
- FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de Ler. 42 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Educação como prática da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KLEIMAN, Ângela B. Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever? Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005.
- LERNER, Delia; PIZANI, Alicia P. A aprendizagem da língua escrita na escola: reflexões sobre a prática pedagógica construtivista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- _____. Ler e Escrever na escola – o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2004.
- HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por projetos de trabalho. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.
- LA TAILLE, Yves de. Piaget. Vygotsky. Wallon: teorias Psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. Ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MACEDO, Lino. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. Uma Escola para o povo. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- PIAGET, Jean; Inhelder, B. A Psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?. São Paulo: Cortez, 2001.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA

Estado de São Paulo

Anexo II – Resumo das Atribuições

Professor de Educação Infantil / Professor de Artes – Ensino Fundamental / Professor de História – Ensino Fundamental / Professor de Português – Ensino Fundamental:

Regência de aulas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, no conteúdo curricular próprio do emprego que ocupa; planejamento de aulas; participação no planejamento e desenvolvimento do plano pedagógico da escola; avaliação contínua do rendimento escolar; participação de reuniões pedagógicas; participação de cursos de aperfeiçoamento profissional; promoção da participação dos pais na vida da escola; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Zelar pela aprendizagem dos alunos; outras tarefas pertinentes à natureza do cargo; Planejar e elaborar planos de aula, selecionando os assuntos, materiais e equipamentos didático-pedagógicos, com base nos objetivos fixados pelas diretrizes legais e técnicas do Ensino Fundamental e a Filosofia Pedagógica adotadas pelo Departamento Municipal de Educação; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação e reforço para os alunos de menor rendimento escolar; Planejar, coletar dados, elaborar boletins de controle e relatórios, apoiando-se na observação direta e indireta do comportamento e do desempenho dos alunos, anotando as atividades com a finalidade precípua de manter os registros atualizados de forma a permitir a realização da avaliação global, mantendo um fluxo de informações educacionais em tempo real junto à direção da escola, aos pais, alunos e outros profissionais ligados a área de desempenho escolar.

Coordenador Pedagógico – Educação Infantil / Coordenador Pedagógico – Ensino Fundamental:

Presta assistência de caráter didático-pedagógica as unidades escolares e educacionais da rede municipal de ensino coordenando, planejando, orientando e avaliando os conteúdos das atividades com o objetivo de contribuir na formação e desenvolvimento intelectual da criança/adolescente, atendida pelo Sistema Municipal de Ensino; Zelar pelo constante aperfeiçoamento do pessoal docente, levando-os a participarem de Programas de Educação Continuada promovidos pelo Departamento Municipal de Educação e outros procedimentos que colaborem para a melhoria da qualidade na prestação de serviços na área da educação; Promover e coordenar reuniões com os pais e demais profissionais afetos ao desenvolvimento da criança/adolescente, de forma a obter uma integração escola-família-comunidade que atenda aos critérios propostos pelo Departamento Municipal de Educação; Realizar visitas monitoradas as unidades escolares com o objetivo de esclarecer e programar ações de ordem administrativas para o bom desempenho da gestão escolar; Emitir relatórios de todas as visitas feitas as unidades escolares constando análise das ações desenvolvidas e das ações que foram propostas para contornar e solucionar possíveis problemas encontrados. Presta supervisão administrativa em relação ao bom desempenho das questões de gestão escolar e planejamento de ações que possibilitem a integração escola/Departamento Municipal de Educação.

Diretor de Escola – Educação Infantil / Diretor de Escola – Ensino Fundamental:

Dirige unidade escolar de Ensino Básico (Infantil-Fundamental), planeja, organiza, coordena a execução dos programas de ensino e outras atividades de cunho didático-pedagógicas afetas a unidade escolar e àquelas de caráter técnico-administrativo, com o objetivo de prestar serviço público com qualidade para o Sistema Municipal de Educação; Planejar, organizar e coordenar atividades de cunho didático pedagógicas visando o planejamento da unidade escolar, elaborar em conjunto com a equipe escolar o Programa de Ensino (composto pela orientação filosófica-pedagógica das diretrizes emanadas pela Diretoria de Educação); Planejar, organizar e coordenar atividades de gestão de pessoal, material e

financeira, visando o contínuo fluxo dos serviços técnicos e administrativos com o apoio do Departamento da Educação, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros, buscando obter no binômio ensino-aprendizagem a prestação de serviços públicos e a excelência na qualidade dos mesmos; Implementar o "Calendário Escolar" e outras atividades afeta a sua área de responsabilidade, em conformidade com as diretrizes do Departamento Municipal de Educação; Analisar o plano de organização das atividades dos professores em conformidade com o Programa de Ensino; examinando todas as implicações para verificar sua adequação as necessidades do Ensino Básico Fundamental e as especificidades do processo ensino aprendizagem; Coordenar e supervisionar os trabalhos técnico-administrativos; a admissão de alunos, a aquisição de materiais e equipamentos; a alimentação escolar; o transporte de alunos; assegurando a regularidade no funcionamento da unidade escolar que dirige; Realizar regularmente o levantamento de necessidades de formação / aperfeiçoamento / desenvolvimento de pessoal docente, técnico e administrativo; encaminhando ao Departamento Municipal de Educação para viabilização das ações acompanhando e avaliando os resultados; Zelar pelo ambiente psicossocial da unidade escolar, buscando padrões de desempenho que traduza a higiene e segurança no trabalho; clima organizacional com padrões de qualidade; Organizar, convocar e participar de reuniões de Conselhos de classe, séries e escola; Organizar, convocar e participar de reuniões pedagógicas com a equipe de professores da unidade escolar.